Referências bibliográficas

Há obras especiais destinadas à exposição geral das idéias filosóficas: são os textos de *História da Filosofia*. Em nosso contexto, já se encontram publicadas e acessíveis nas bibliotecas vários textos de *História da Filosofia* que poderão ser consultados com o intuito de aprofundamento dessas informações. Dentre eles, destaco os seguintes:

ABBAGNANO, Nicola. *História da Filosofia*. Lisboa, Presença, 1970, 14 vols.

ANDERY, M. Amália et alii. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. São Paulo, EDUC-Espaço e Tempo, 1988.

BOCHENSKI, I. M. *A filosofia contemporânea ocidental*. São Paulo, Herder, 1962.

BRÉHIER, Émile. *História da Filosofia*. São Paulo, Mestre Jou, 1977, 8 vols.

CHÂTELET, François. *História da Filosofia: idéias e doutrinas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973, 8 vols.

HIRSCHBERGER, Johannes. *História da Filosofia*. São Paulo, Herder, 1967, 4 vols.

LARA, Tiago A. *Caminhos da razão no Ocidente; a filosofia ocidental, do Renascimento aos nossos dias*. Petrópolis, Vozes, 1986.

SCIACCA, Michele F. *História da Filosofia*. São Paulo, Mestre Jou, 1966, 3 vols.

SEVERINO, J. J. Filosofia. Coleção Magistério 2º Grau. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

Capítulo 5

A filosofia e seus modos de pensar

Vimos anteriormente que o conhecimento humano decorre de um impulso espontâneo e natural do homem e que se vincula ao mesmo impulso que o leva a agir. A atividade da consciência se inaugura e se constitui como impulso vital originário, fazendo corpo com o agir do homem. A partir dessa base, a atividade da consciência se expande cada vez mais, não apenas atuando como um instrumental de otimização das respostas às necessidades imediatas da ação mas sobretudo como mediação para a elaboração de uma "explicação" dos vários aspectos da realidade enfrentada pelo homem. Trata-se do desenvolvimento e da autonomização de uma força explicativa que busca estabelecer nexos e relações entre os objetos e situações de sua realidade, sendo que tais nexos têm para a consciência subjetiva uma *força compreensiva*, gerando-lhe um *sentido*. Por isso, o conhecimento, em linhas gerais, e nas suas mais variadas formas de expressão, pode ser definido como *o esforço do espírito humano para compreender a realidade, dando-lhe um sentido, uma significação, mediante o estabelecimento de nexos aptos a satisfazerem as exigências intrínsecas de sua subjetividade.*

É como forma peculiar desse esforço do espírito humano para compreender os vários aspectos da realidade com a qual o homem se envolve que podemos considerar a filosofia.

Mas tal esforço de compreensão da realidade em geral e da existência humana em particular não nasce assim de repente, de forma já plena de logicidade. Não há dúvida de que a explicação das coisas, na cultura ocidental, tem sempre a ver com o *logos* dos gregos! Mas essa explicação pelo *logos* não surge na Grécia assim plenamente amadurecida. Ela também possui uma gênese e passa por uma longa evolução, cujas raízes mergulham

no próprio processo de constituição da consciência humana, no prolongamento do impulso vital, como vimos nos capítulos 1 e 2.

Mas a partir desse processo de expressão da consciência que a vai levando a buscar cada vez mais o sentido das coisas e, portanto, a desenvolver um pensamento que já traz implícito em si um sentido embrionário, é-nos possível resgatar algumas raízes profundas.

Do que as pesquisas antropológicas nos revelam, podemos saber que a forma mais ancestral de os homens buscarem com alguma sistematicidade a explicação, o sentido das coisas, foi o *mito*. O mito não é algo absurdo, irracional, pré-lógico, como se diz muitas vezes! Ao contrário, ele é a expressão de uma primeira tentativa da consciência humana — querendo se libertar cada vez mais das incumbências quase que instintivas de manutenção da vida — para "colocar ordem no mundo". Afinal, o mundo lhe parecia um tanto quanto caótico, sufocando os homens com sua magnitude, com sua bruta objetividade. Era preciso que tanta heterogeneidade, tanta multiplicidade, tanta "desordem" tivessem alguma ordenação! O mito é a primeira construção teórico-subjetiva do homem para pôr ordem nessa situação de aparente desordem.

O mito assume a forma de uma narrativa imaginária pela qual as várias culturas procuram explicar a origem do universo, seu funcionamento, a origem dos homens, o fundamento de seus costumes, apelando para entidades sobrenaturais, superiores aos homens, a forças e poderes misteriosos que definiram o seu destino.

Hoje, para nós, os mitos dos povos arcaicos nos parecem, à primeira vista, estórias lendárias e fantasiosas, sem muito nexo! Mas, na verdade, para aqueles povos, eles representavam uma explicação valiosa e satisfatória; satisfaziam a exigência que começavam a ter de compreender o sentido de sua própria existência.

Vejamos, a título de exemplo, uma narrativa mítica, extraída da *Teogonia*, de Hesíodo, poeta grego:

"*Os deuses primordiais*

Sim bem primeiro nasceu Caos, depois também
Terra de amplo seio, de todos sede irresvalável sempre,
dos imortais que têm a cabeça do Olimpo nevado,
e Tártaro nevoento no fundo do chão de amplas vias,
e Eros: o mais belo entre deuses imortais,
solta-membros, dos deuses todos e dos homens todos
ela doma no peito o espírito e a prudente vontade.

Do Caos Érebo e Noite negra nasceram.
Da Noite aliás Éter e Dia nasceram,
gerou-os fecundada unida a Érebo em amor.

Terra primeiro pariu igual a si mesma
Céu constelado, para cercá-la toda ao redor
e ser aos deuses venturosos sede irresvalável sempre.
Pariu altas Montanhas, belos abrigos das deusas
ninfas que moram nas montanhas frondosas.
E pariu a infecunda planície impetuosa de ondas
o Mar, sem o desejoso amor. Depois pariu
do coito com Céu: Oceano de fundos remoinhos
e Coios e Crios e Hipérion e Jápeto
e Téia e Réia e Têmis e Memória
e Febe de áurea coroa e Tétis amorosa.
E após com ótimas armas Cronos de curvo pensar,
filho o mais terrível: detestou o florescente pai.

Pariu ainda os Ciclopes de soberbo coração:
Trovão, Relâmpago e Arges de violento ânimo
que a Zeus deram o trovão e forjaram o raio.
Eles no mais eram comparáveis aos deuses,
único olho bem no meio repousava na fronte.
Ciclopes denominava-os o nome, porque neles
circular olho sozinho repousava na fronte.
Vigor, violência e engenho possuíam na ação.

Outros ainda da Terra e do Céu nasceram,
três filhos enormes, violentos, não nomeáveis.
Cotos, Briareu e Gigos, assombrosos filhos.
Deles, eram cem braços que saltavam dos ombros,
improximáveis; cabeças de cada um cinqüenta
brotavam dos ombros, sobre os grossos membros.
Vigor sem limite, poderoso na enorme forma."

Hesíodo. *Origem dos deuses: teogonia*. São Paulo, Roswitha Kempf Editores, 1984, p. 132-133. (Trad. Jaa Torrano.)

Por outro lado, os antropólogos de hoje são mais cautelosos em considerar como ilógicas, primitivas, as expressões do pensamento mítico. Lévi-Strauss tem demonstrado com suas pesquisas e estudos antropológicos que a humanidade sempre necessitou dessas modalidades explicativas e que não há diferenças de natureza e grau entre o pensamento "selvagem" dos povos

que criaram o mito e o pensamento "domesticado" da cultura moderna. Apenas, a "lógica" do primeiro é uma "lógica do sensível" da qual foi se afastando o segundo, operando uma separação indevida.

No prolongamento do mito, vamos assistir, ainda na história de nossa cultura, ao surgimento da *forma religiosa* de explicar a existência da natureza e da humanidade. Sempre na mesma linha de trazer uma explicação, de dar um sentido às coisas e ao agir dos homens, a *religião* introduz mais nitidez, mais compreensibilidade, ao atribuir a um Deus pessoal e inteligente a criação e o governo do universo. A criação, pela subjetividade humana, de uma divindade inteligente e poderosa é um recurso da ascendente consciência para ampliar sua capacidade de explicação e de compreensão da realidade natural e humana.

Considera-se que as fases das consciências mítica e religiosa são ainda pré-filosóficas e que, justamente, a *filosofia* surgiu na Grécia antiga, quando a consciência humana pretendeu explicar as coisas sem recorrer a entidades sobrenaturais, a forças superiores e personalizadas. A tentativa agora era a de continuar procurando a explicação e o sentido das coisas mas sem sair de seu próprio interior. Tratava-se de dar conta da natureza, de um fundamento que a ordenasse, mas sem duplicá-la, criando-se um mundo de ordem sacral. É o momento então que a consciência se assume plenamente como razão lógica, se identifica como *logos* e passa a entender que toda a realidade é possuída e ordenada por esse mesmo *logos*.

É nesse ambiente que nasce na Grécia a filosofia ocidental, como a entendemos até hoje em nossa cultura. Essa nova abordagem da realidade, do universo e da vida humana tem suas primeiras formas de expressão no século VI antes de nossa era, com os chamados *filósofos pré-socráticos*. Com efeito, o que esses pensadores fizeram, após renegar as explicações míticas e religiosas vigentes na cultura grega, foi buscar um elemento natural, fundante, ordenador, unificador, que desse conta da ordem do mundo. Tentaram mostrar que o *cosmos* deixara de ser *caos* em decorrência da presença e da atuação de um princípio fundador, a *arqué*, feita da mesma natureza e que nada tinha a ver com qualquer entidade humana ou divina.

Desde então a cultura ocidental nunca mais abandonou a busca incessante por um princípio lógico que desse conta do modo de ser da realidade e, quanto a isso, *a história de nossa cultura se confunde com a história da filosofia...*

Neste capítulo, vou explicitar as grandes articulações da filosofia na história de nossa cultura, procurando mostrar como foram se constituindo

e se desenvolvendo os vários modos pelos quais essa nova forma de pensar o mundo foi se expressando no seu espaço/tempo.

Estarei mostrando que a visão de conjunto da história da cultura e da filosofia nos levam a constatar que, tendo aprendido a pensar com os gregos, os filósofos do Ocidente vão desenvolver três formas, três perspectivas diferentes de aplicar sua atividade racional. São três grandes ângulos sob os quais se busca apreender o sentido das coisas: a perspectiva metafísica, a perspectiva científica e a perspectiva dialética.

Com efeito, tendo superado as abordagens mítica e religiosa, a consciência filosófica se constitui inicialmente como *pensamento metafísico*. É o *modo metafísico de pensar* que nos ensinam, logo de início, Parmênides, Sócrates, Platão e Aristóteles... Mas o que quer dizer *pensar metafisicamente*?

A palavra *metafísica* significa simplesmente "aquilo que vem depois da física" e foi usada, na origem, apenas para designar as obras de Aristóteles que se seguiram a sua obra sobre a *Física*, que era o estudo que Aristóteles fizera da natureza! Mas logo o sentido se adensou e passou a expressar aquele conhecimento diferente do conhecimento da física, aquele tipo de conhecimento que se situaria para além do conhecimento fornecido pela física. Ou, falando contemporaneamente, além do conhecimento fornecido pela ciência.

Essas referências nos ajudam a entender melhor a questão, mas não a esgotam, porque o principal mesmo é ver como procede e o que pretende, positivamente, essa forma de conhecimento.

Não é o caso de responder agora a essa questão, uma vez que ela será retomada e desenvolvida no capítulo 6. Por enquanto, digo apenas que, do ponto de vista metafísico, pretende-se alcançar através do conhecimento a própria essência das coisas, assumindo-se a posição de que a razão humana é capaz de atingir o núcleo de todos os objetos, de saber o que de fato eles são em si mesmos. Dessa forma, poderíamos construir um sistema de conceitos que representaria o mundo tal qual ele é.

Mas ocorre uma revolução epistemológica e surge um novo modo de pensar no Ocidente...

Só que, lá por volta de 1400, o modo metafísico de pensar começa a ser seriamente questionado... pela mesma consciência racional que até então

se dedicara a ele!!! Uma série de razões de ordem econômica, política e cultural está à base desse questionamento. É que a explicação metafísica tornara-se insatisfatória para a consciência filosófica que vai emergindo no início da era moderna. Na realidade, a cultura ocidental, em decorrência de todo o desenvolvimento econômico e social da Europa, coloca à disposição dos homens muitos outros instrumentos e recursos que lhes permitem ir além das conclusões metafísicas.

E a revolução que vai ocorrer é fundamentalmente uma revolução *epistemológica*. Tudo começa com a insatisfação de novos pensadores com as explicações trazidas pela metafísica, a essa altura ainda compromissada com a teologia cristã! Começa a se questionar a tutela que a teologia exercia sobre a filosofia e a idéia de que a razão natural dos homens ficava na dependência da graça divina e devia ser orientada e corrigida pela fé. É claro que tudo isso tinha a ver também com o ordenamento sócio-político da época, com as complicadas relações entre a Igreja e os Estados, que também então começavam a se constituir!

Mas os conflitos se expressam ainda no plano filosófico. E começa a haver então uma crítica cerrada à filosofia medieval, considerada pura metafísica. Os filósofos modernos esforçam-se para encontrar novas formas de exercer a reflexão filosófica, estimulados pela nova postura de outro grupo de pensadores, os *cientistas*, que apresentavam uma nova forma de representação do mundo. Assim, ao mesmo tempo em que se assiste ao nascimento da ciência como nova forma de conhecimento do mundo, ocorre também uma modificação na maneira de se conduzir a reflexão filosófica.

A postura dos filósofos modernos parte de um questionamento do poder da razão. Com efeito, na Idade Média européia, devido à grande influência da teologia cristã na cultura, Deus ocupava um lugar central em todo o sistema explicativo do real. É por isso que se dizia que predominava o *teocentrismo* na filosofia medieval. Já na Idade Moderna, em decorrência de todas as grandes transformações econômicas, sociais e culturais ocorridas, era o homem que passava a ocupar o centro do universo e do sistema filosófico. Era então um período dominado pelo *antropocentrismo*. O homem, achando-se então mais autônomo em relação a Deus, sentia-se igualmente menos temeroso em relação ao mundo que passava a considerar como uma realidade meramente natural. E desse mundo natural o homem também fazia parte, sendo aliás sua parte principal. Essa "independência" em relação à figura de Deus tinha lá suas vantagens mas também suas desvantagens: de um lado, o homem passava a se valorizar mais, a dominar

a natureza e a enfrentar os seus problemas com mais objetividade e menos fantasias. Veja-se que essa postura era imprescindível, para citar apenas dois exemplos, para o desenvolvimento da técnica e da medicina. Na cosmovisão cristã medieval nem o mundo material nem o corpo humano podiam ser manipulados porque eles eram considerados como receptáculos de Deus, merecendo assim absoluto respeito. As desvantagens vinham no plano da própria consciência. Iluminada pela fé, a razão medieval tinha muita segurança e tranqüilidade, pois estava certa de que poderia sempre conhecer a verdade, uma vez que tinha sempre à sua disposição o auxílio esclarecedor da revelação divina, mediada pelos textos bíblicos e pelo magistério da Igreja. Agora a razão natural era autônoma, mas também estava sozinha. Não tinha mais a quem recorrer no caso de suas dúvidas e inseguranças. Ela contava apenas com seus próprios recursos naturais.

Os filósofos modernos, apoiando-se apenas na razão natural, logo perceberam que os metafísicos eram muito pretensiosos e que, de fato, não era possível apreender as essências das coisas pelo conhecimento! Não existia nenhuma harmonia entre nossa inteligência e a essência do real como acreditavam os metafísicos. Era uma ilusão pensar assim, nada autorizava os metafísicos a darem esse passo!

E ao examinarem o efetivo poder do sujeito, enquanto razão natural, os filósofos vão se dar conta de que o sujeito que conhece dispõe apenas de dois caminhos para a construção de seu saber. E esses dois caminhos é que vão definir as duas novas orientações que a filosofia moderna assumiu ao criticar e tentar superar a metafísica.

Em síntese, o racionalismo na Idade Moderna, ao contrário do que fizera na Idade Média e na Antiguidade, se desenvolveu mostrando que o sujeito não consegue, de fato, apreender o objeto em sua eventual essencialidade. Com efeito, ou ele se limita a conhecer-se a si mesmo ou a conhecer apenas o *mundo fenomenal*. No primeiro caso, tivemos a perspectiva do *subjetivismo idealista*; e, no segundo, a perspectiva do *cientificismo positivista*. Assim, a Idade Moderna, fazendo ciência ou fazendo filosofia, desenvolveu, num clima *iluminista*, um projeto de conhecimento diferente. Sem dúvida, seu produto principal foi mesmo a ciência, a grande responsável pela nova perspectiva epistemológica da modernidade, uma vez que o subjetivismo idealista ainda recaía, o mais das vezes, na postura metafísica.

Também a respeito da ciência, voltarei a falar nos capítulos 7 e 8, dada sua grande importância no cenário histórico-cultural e filosófico do

Ocidente. No momento cabe adiantar que a ciência reinou soberana nos últimos dois séculos, inclusive em se tratando do homem. As ciências humanas se desenvolveram de maneira impressionante, trazendo grande contribuição para a constituição do sentido da existência do homem.

Mas também a visão científica da realidade foi questionada...

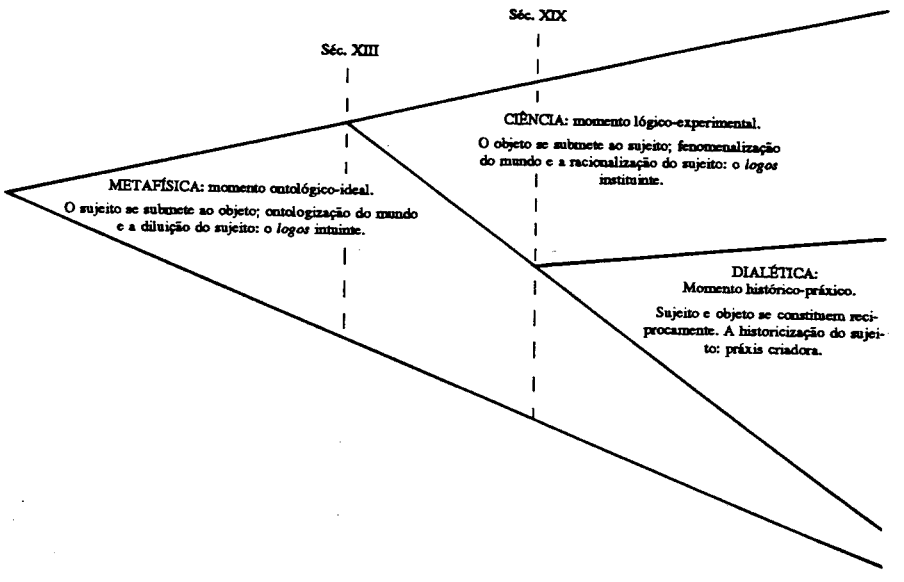
A busca do sentido das coisas, o esforço de compreensão da realidade não terminou com a ciência, apesar de toda a contribuição que o conhecimento científico trouxe para a cultura humana! Assim, desde a metade do século passado, uma nova perspectiva filosófica vem se constituindo como uma tentativa de retomada, de negação e de superação tanto da perspectiva metafísica como da perspectiva científica: ela está tentando praticar uma nova forma de abordagem das coisas, adotando uma nova perspectiva que vamos chamar de *dialética.*

De um certo ponto de vista, a perspectiva dialética consolida a crítica que a filosofia moderna fez à metafísica, mas também submete à crítica algumas pretensões da filosofia moderna, tanto do subjetivismo idealista como do cientificismo positivista. Mas, ao mesmo tempo que critica essas posições, retoma, de outro determinado ponto de vista, outros pontos que considera conquistas definitivas dessa fase; mas é preciso ir além, acrescentar, num estágio de síntese, novos elementos que não tinham sido considerados até então.

A filosofia, tal qual ela vem se expressando desde então, está adotando cada vez mais uma postura dialética: não constrói mais nem uma imagem metafísica do mundo, seja ela realista ou idealista, nem uma imagem exclusivamente científico-naturalista do mundo: quer criar uma nova imagem, sintetizadora, integradora dos aspectos válidos que essas tradições anteriores já explicitaram, mas numa síntese que avança, enriquecendo ainda mais a compreensão da realidade.

A perspectiva dialética privilegiou a dimensão histórica de todos os objetos e da própria existência do sujeito! Mas as suas posições específicas serão abordadas no capítulo 9.

Os modos de expressão da filosofia no Ocidente



Pode-se representar, pelo quadro acima, a evolução do pensamento filosófico tal qual ela se deu na cultura ocidental, configurando três grandes movimentos. A filosofia se desenvolveu inicialmente sob o modo metafísico de pensar, que atinge seu apogeu no século XIII; em seguida, instaura-se sob o modo científico de pensar, que predomina hegemônico até o século XIX; a partir de então, tem início o modo dialético de pensar.

O quadro procura mostrar a predominância de cada modo de pensar nos vários momentos históricos. Isso, no entanto, não quer dizer que cada um é substituído pelo outro, vindo o anterior a desaparecer. Na realidade, esses vários modos de pensar coexistem, apenas um predominando num período, enquanto os outros sobrevivem com menor impacto cultural.

Assim, ainda hoje se encontram difusas nas várias expressões da cultura contemporânea formas metafísicas de pensar (no neotomismo, por exemplo), do mesmo modo que já na Antiguidade havia manisfestações avulsas da postura dialética, como foi o caso no pensamento de Heráclito. Também as posturas científicas sempre se fizeram presentes em todos os momentos da história da cultura ocidental.

Esclarecendo alguns conceitos

Mito: em seu sentido original, é narrativa lendária desenvolvida pelas tradições culturais que procura explicar a origem do mundo e da humanidade, recorrendo a entidades e forças sobrenaturais, divinas e misteriosas; por derivação, pode significar crença sem fundamento, sem base, apesar de bem aceita no âmbito de determinada cultura (o mito da superioridade racial dos brancos), ou, então, uma narrativa alegórica, objetivando apenas passar uma representação simbólica.

Religião: sistema de crenças em divindades subrenaturais articulado a um conjunto de normas de ação, de atitudes práticas, de comportamentos pessoais, de celebrações rituais e de institucionalizações sociais que visam estabelecer um tipo de relacionamento entre o natural e o sobrenatural, relacionamento que propicie uma garantia de salvação divina para os homens.

Antropocentrismo, teocentrismo, cosmocentrismo: posições filosóficas que afirmam a prioridade, enquanto ocupando lugar central e fundamental na ordem da existência real, respectivamente, do homem, de Deus ou do mundo natural. O ser mais importante de toda a realidade sendo, respectivamente, o homem, Deus ou a natureza, devendo ocupar então também o centro de referência de toda explicação filosófica.

Essência: é o núcleo básico, conjunto de características que fazem com que uma coisa seja o que ela é; é o que define e especifica a natureza dessa coisa. A essência de um ser é aquilo que é fundamental e imprescindível para que ele seja o que é, em sua especificidade e identidade, distinto de outros seres.

Questões para pesquisa e discussão

- Efetue pesquisas complementares, em outras fontes, sobre o significado do mito.

- Compare as características da atitude religiosa com aquelas da atitude filosófica.

Capítulo 6

As pretensões do conhecimento metafísico e a imagem essencialista do homem

Já vimos, no capítulo anterior, que o modo metafísico de pensar é uma verdadeira constante do pensamento humano. Os homens sempre pensaram metafisicamente. Tendem a explicar a realidade adotando uma perspectiva metafísica. Esse modo metafísico de pensar, embora culturalmente tenha predominado na Antiguidade e na Idade Média, continua presente na atualidade, não só em algumas escolas filosóficas isoladas, mas também como parte integrante de nosso próprio pensar cotidiano.

Este capítulo tem por objetivo exatamente nos levar a entender o que significa explicar as coisas metafisicamente. O esquema do pensar metafísico está, de fato, intimamente ligado à estrutura de nossa consciência racional, por isso é preciso ter bem claro quando é que estamos pensando metafisicamente.

Explicando as coisas pela sua essência

A explicação metafísica tem por base a convicção da nossa consciência racional de que todas as coisas que existem — os filósofos preferem dizer todos os *entes*, todos os *seres* — possuem uma *natureza própria*, uma *essência* que lhes é específica. Cada ser, cada indivíduo é do jeito que é porque, ao existir, ele está realizando uma essência, uma natureza que lhe define suas características específicas, ou seja, características pelas quais ele pertence a uma determinada espécie de seres. Assim, por exemplo, haveria uma *essência eqüina*, que faz com que um determinado animal seja um cavalo e não um gato. Sem dúvida, os indivíduos de uma mesma espécie,

portanto tendo a mesma essência, podem ter diferenças relevantes entre si, mas essas diferenças são *acidentais* e não *substanciais*, uma vez que a *substância* é parte permanente e fixa da essência, comum a todos os indivíduos.

É no caso do homem que essa visão metafísica terá conseqüências radicais. Com efeito, para os metafísicos, os homens pertencem à mesma espécie por compartilharem da mesma essência. Eles todos têm uma mesma natureza — a *natureza humana* — que permanece idêntica em *todos* os homens, sem exceção, apesar das diferenças que marcam os indivíduos humanos entre si. Essas diferenças, tais como o sexo, a cor, a saúde, o tamanho, a raça etc. — já vimos —, são acidentais.

É por isso que podemos dizer que os metafísicos adotam uma *perspectiva essencialista*, já que todos os seres que constituem o real, incluindo o homem, são como são porque realizam uma essência. E o que é ainda mais importante: é essa essência que preestabelece qual deve ser o modo de agir do homem. É que o agir adequado já está previamente traçado pelo seu modo de ser. Por aí se vê então que os *valores* que presidem a ação humana já se encontram inscritos na essência do homem. Portanto, para o homem, agir *eticamente*, agir *moralmente* bem, é agir segundo sua própria natureza.

Mas como o homem sabe quais são as características de sua natureza? Quanto a isso os metafísicos não vêem maior problema: eles acreditam que há uma harmonia entre a *razão* que conhece e as *essências* que são conhecidas! Os homens estão aquinhoados, na sua essência, com uma razão que lhes permite apreender, recorrendo apenas à sua luz natural, a própria essência dos objetos, incluindo também a sua própria natureza. Com efeito, o homem tem todas as condições para conhecer-se a si mesmo.

Como se vê, na sua busca do princípio ordenador do mundo, na busca do princípio que tornasse o mundo inteligível, os primeiros filósofos do Ocidente acreditaram tê-lo encontrado na *essência*! Com essa forma de pensar, eles construíram não só uma *teoria* que explicava o modo de ser das coisas e dos homens, mas também explicavam o funcionamento do conhecimento e davam uma justificativa para o agir moral do homem.

Assim, esses filósofos instituíram um verdadeiro sistema de saber, criaram grandes sistemas filosóficos que continham explicações sobre o modo de ser das coisas, sobre o modo de conhecer e de agir dos homens.

Como a metafísica foi a primeira forma de expressão da filosofia no Ocidente, a sua terminologia acabou sendo incorporada pela cultura filosófica posterior, mesmo quando seus conteúdos tenham sido mudados. Por isso, vamos inserir agora uma explicitação de alguns termos que passaram a fazer parte do vocabulário filosófico, tornando-se necessário que nos familiarizemos com eles.

Não é preciso assustar-se com essa terminologia abstrata, nem decorá-la artificialmente. Por enquanto, procuremos apenas compreender o seu conteúdo, voltando a ele toda vez que ele reaparecer em suas leituras e estudos.

Assim, quando a filosofia está tratando das *condições de existência das coisas em geral, da existência do ser em geral*, ela está desenvolvendo a *ontologia*. É a teoria do ser em geral, independentemente de suas particularidades. Às vezes, o termo ontologia é usado como sinônimo puro e simples de metafísica. Trata-se, pois, de *ontologia*, toda vez que especulamos sobre características comuns a todas as coisas, a todos os seres, sejam eles o que forem. Assim, quando falamos que todos os entes possuem uma essência, essa é uma consideração ontológica.

Quando nossas considerações ontológicas se particularizam, ou seja, continuamos falando das condições de existência dos seres mas com referência a esferas particulares, a ontologia também se especifica. Assim, quando falamos das condições particulares da existência do mundo, estamos fazendo *cosmologia*; se falamos do homem, então estamos fazendo *antropologia* (no sentido filosófico, a se distinguir da antropologia, disciplina científica).

Mas um outro âmbito da explicação filosófica diz respeito ao conhecimento, aos seus processos, a sua validade: temos então outra esfera da sistemática filosófica, que é aquela da *epistemologia*, a teoria do conhecimento. Ela é a área da filosofia que estuda os processos do conhecimento humano, tanto de um ponto de vista descritivo como de um ponto de vista crítico. Busca explicar como se dá o conhecimento humano e qual é o seu alcance, até que ponto ele nos dá a verdade.

Quando o centro das preocupações do filósofo é a justificativa do agir humano, quando se discutem os valores que presidem as nossas ações, temos então a área da *axiologia*. A questão básica da axiologia é saber a significação do valor, saber por que os homens o atribuem a tudo. Quando os valores se particularizam, vamos ter as subáreas da axiologia: valores morais são debatidos pela *ética*; valores ligados à sensibilidade, à beleza e

à arte são tratados pela *estética*; valores sociais se incluem no âmbito da *política*.

É bom relembrar que, embora essas denominações tenham sido criadas no contexto da expressão metafísica da filosofia, elas foram incorporadas no categorial da filosofia e por isso continuam sendo utilizadas ainda hoje, razão pela qual precisamos conhecê-las. Formam o vocabulário técnico formal da filosofia, vocabulário este que é utilizado por todas as correntes filosóficas.

Atualmente, nos damos conta de que os filósofos que pensaram metafisicamente criaram um sistema abrangente de saber: todos os aspectos da realidade natural e social encontram seu lugar e sua explicação nesse sistema.

Na Antiguidade e na Idade Média, prevaleceu esse modo metafísico de pensar: assim, praticamente, de 500 a.C. até 1400 d.C., a filosofia se expressou fundamentalmente de modo metafísico. Para os filósofos dessa época, as coisas possuíam uma existência autônoma, objetiva, independente da consciência humana, existindo na exata medida em que realizavam uma determinada essência. Pouco importava se eram essências criadas por Deus ou se existindo eternamente: elas eram imutáveis, servindo de modelo e de molde para as coisas concretas que, estas sim, eram contingentes, perecíveis, mutáveis.

Por outro lado, nós podemos conhecer as coisas concretas porque apreendemos sua essência através do *conceito universal*, porque nossa consciência compartilha da mesma qualidade do *logos* que torna o mundo ordenado: a nossa razão tem o mesmo critério lógico, ela é uma *razão lógica*!

Os filósofos metafísicos eram filósofos às vezes idealistas, às vezes naturalistas...

Afirmar que as coisas existem em si mesmas, independentemente da consciência que as pensam, é assumir uma posição que, do ponto de vista ontológico, é *realista*.

O *realismo* é, portanto, *uma concepção filosófica, situada no plano ontológico, que afirma a existência de uma realidade exterior à mente humana, independentemente do conhecimento que o homem tenha dela.*

Assim, a metafísica é necessariamente realista, já que o que nós conhecemos são coisas, entes, que existem independentemente de nossa consciência. Só que, *atenção*, pode haver duas formas de realismo enquanto concepção da realidade: vai depender de como concebemos a essência das coisas.

Se, como Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, entende-se que a essência existe independente no mundo real e concreto, no mundo natural, então temos um *realismo naturalista*; mas se se entende, como Platão e Santo Agostinho, que as essências são autônomas porém ideais, não se identificando com as coisas concretas e contingentes da natureza, então temos um *realismo idealista*. Veja bem que isso não é um contra-senso: o que se está dizendo é que, ontologicamente, a essência do real é de natureza ideal.

Quando falamos do conhecimento, das posições epistemológicas dos filósofos, as coisas vão mudar um pouco quanto ao significado desses termos. Vamos aguardar. Por enquanto, vejamos como se expressou esse realismo no pensamento dos filósofos metafísicos mais conhecidos.

Assim, Platão foi o filósofo mais representativo da posição metafísica caracterizada como realismo idealista. Isso porque para ele as essências verdadeiras eram as *Idéias* que, aliás, existiam num mundo separado, no *Mundo das Idéias*. Platão imaginava um outro mundo onde essas Idéias existiriam realmente, cada uma sendo um modelo, um verdadeiro protótipo das coisas concretas que "existiam" precariamente aqui, no mundo sensível. Assim, para Platão, existiam dois mundos: o *Mundo Inteligível*, formado pelas Idéias, e o *Mundo Sensível*, formado pelas coisas concretas de nossa experiência comum. As Idéias eram essências perfeitas, únicas, imutáveis. Havia uma Idéia para cada espécie de seres. Assim, lá naquele mundo, existia uma Idéia de árvore, que era a essência verdadeira de árvore. As árvores aqui da terra não passam de cópias imperfeitas daquela Idéia; elas "participam" da sua perfeição, porém nunca chegando a igualar-se a ela.

Mas por que as coisas daqui são imperfeitas? Essa limitação do mundo sensível se deve à união da Idéia com a matéria. No espírito do platonismo, a matéria é fonte de imperfeição. Quanto mais a matéria está presente num ser, tanto mais ele é imperfeito: múltiplo, contingente, mutável, perecível...

Portanto, segundo Platão, a Idéia se refere a algo real e não apenas à representação mental, a nossa idéia conceitual, imagem mental. É por isso que a Idéia é uma essência permanente e imutável que serve de modelo para as coisas.

Com essa teoria, Platão pretende explicar por que neste nosso mundo tudo está em movimento, tudo muda. O movimento, de modo particular o movimento qualitativo, que é a mudança, sempre foi um grande problema para os pensadores gregos. Para eles, a permanência, a imutabilidade expressam mais perfeição do que a transformação e a mutabilidade. Tudo o que é uno e imutável é mais perfeito do que o que é múltiplo e mutável. A valorização da unidade e da permanência era uma arraigada característica do pensamento grego. Daí a importância que atribuíam ao *logos*, princípio unificador e ordenador, eternamente igual a si mesmo. Daí também a ausência da historicidade em seu pensamento! Então, situações como o nascimento, o envelhecimento e a morte dos seres, bem como o visível e contínuo fluxo de mudanças no mundo, traziam muitas dificuldades para o espírito grego. Por isso mesmo estavam sempre buscando algum princípio imutável sob as coisas que mudam...

Platão criou o Mundo Inteligível das Idéias exatamente para garantir a unidade e a imutabilidade sob o fluxo das mudanças: as coisas mudam e se transformam, mas sua essência permanece imutável lá no Mundo das Idéias...

A mesma coisa vai ocorrer com o homem: só que com uma característica nova especial. Como os homens estão mais impregnados pelo *logos*, a cada indivíduo humano vai corresponder uma *alma*! Assim, não existe apenas uma Idéia de Homem mas um número limitado de almas que preexistiam aos indivíduos concretos e que conviviam com as Idéias, no seu Mundo Inteligível. Lá as almas viviam "contemplando" as Idéias sob a iluminação da Idéia principal e superior, que era a Idéia de Bem!...

Só que, de vez em quando, as almas devem se encarnar e aparecer no mundo sensível como "homens". Isso é um verdadeiro castigo, já que o prazer e a perfeição da alma é ficar mesmo no Mundo de Idéias, a contemplá-las, sob a luz do Bem, que atua no Mundo Inteligível de modo análogo ao sol, no Mundo Sensível. Sem ter como explicar logicamente o porquê desse castigo, Platão apela para uma suposta "vontade dos deuses", sem aprofundar mais a questão. Viver ligada ao corpo é um extremo sacrifício para a alma. O corpo é considerado um túmulo; a encarnação, uma queda! Por isso mesmo, todo o objetivo da vida enquanto busca da perfeição é livrar-se dessa condição de ser corporal: o que não justifica de maneira alguma o suicídio, no entendimento de Platão, mais uma vez se referindo à vontade dos deuses. O livrar-se do mundo sensível se dá através da

dialética, ou seja, esforço de ascender ao mundo inteligível das Idéias mediante uma sistemática atividade intelectual. É assim, pelo cultivo da vida intelectual, que o indivíduo deve se preparar para a morte, aguardando ansioso o momento de voltar ao seio do mundo das Idéias e retomar a contemplação das mesmas.

Esta é a *teoria das Idéias* de Platão, pela qual se tornou um defensor do *realismo idealista*. E essa teoria lhe fornecerá as bases para explicar ainda como se dá o conhecimento, como se justifica a ética e como se fundamenta a política.

Conhecer, para Platão, é evidentemente apreender, por contemplação, as Idéias. Quando a alma está no Mundo das Idéias, antes do nascimento ou depois da morte, tudo bem, ela está conhecendo perfeitamente toda a realidade, já que contempla todas as Idéias. O problema é aqui na terra: ocorre que, ao nascermos, em conseqüência dos traumas do parto, nos *esquecemos* de tudo o que sabíamos de nossa convivência no Mundo das Idéias. É preciso então *relembrarmo-nos* de tudo, de novo! E Platão explica nosso conhecimento dizendo que ele não passa de uma relembrança do que tínhamos esquecido. Defende assim a *teoria da reminiscência*: ao vermos as árvores concretas, imperfeitas, mutáveis, somos estimulados pelos nossos sentidos, sobretudo pela visão, e acabamos nos *relembrando* da Idéia de Árvore, da *Árvore-Idéia*, nossa antiga companheira no Mundo das Idéias! A dialética é então, para ele, o esforço para recuperarmos o nosso antigo conhecimento, apreendendo cada vez mais todas as idéias.

Do mesmo modo, o nosso agir individual — ético — e social — político — se funda na intuição das Idéias. Elas é que são os fundamentos de nossos valores. Quem apreende a essência da virtude, da justiça e do bem terá condições também de agir de maneira virtuosa e justa, de acordo com o bem.

Dessa rápida apresentação do pensamento de Platão, já deu para perceber que ele é menos distante de nós do que parece à primeira vista. De fato, o platonismo marcou profundamente a cultura ocidental e o fez através do cristianismo. Com efeito, Santo Agostinho, que além de filósofo era teólogo e bispo da Igreja Católica, se apropriou das grandes linhas da filosofia platônica, servindo-se delas para apoiar a teologia e a moral cristãs. Bem entendido, como cristão, não podia adotá-la integralmente. Por isso, ele introduziu algumas modificações.

Assim, Agostinho substituiu o Mundo das Idéias pela consciência divina, ou seja, os modelos prototípicos das coisas existem sim, mas enquanto idéias divinas, enquanto pensadas por Deus. Aliás é ele que cria as coisas de acordo com esses modelos que pensa. Ademais, as almas são também criadas por Deus na hora de nossa concepção; elas não preexistiam, como pensava Platão. Igualmente Santo Agostinho descarta as reencarnações, ficando assim de acordo com a doutrina cristã.

Em conseqüência disso, quando conhecemos a essência da árvore, por exemplo, não é à contemplação das Idéias que chegamos, mas sim à consciência divina, que nos ilumina. Deus nos permite aceder a suas idéias, nós compartilhamos delas.

Do mesmo modo, agir moralmente bem é, pois, agir de acordo com as idéias divinas, é cumprir a vontade de Deus, que ele nos revela não só pelas Escrituras mas também pela Iluminação direta, que ocorre na reflexão filosófica.

Aristóteles, no entanto, vai discordar de Platão e apresenta uma outra teoria para explicar o conhecimento. A sua teoria pode ser considerada como um *realismo naturalista*, ou seja, a essência se encontra nas próprias coisas naturais. Não há nenhum Mundo de Idéias separado, as coisas existem neste próprio mundo natural. Platão confundiu, na sua opinião, as características de nossos conceitos com as próprias coisas, atribuindo assim às idéias uma realidade que elas não possuem...

Aristóteles já possuía um espírito experimental, achava que só podemos partir do mundo objetivo e é esse mundo o que deve ser conhecido. Só que ele enfrentava também o problema da mudança e do movimento: como é que as coisas mudam e ao mesmo tempo permanecem idênticas a si mesmas?!...

Já que os seres têm sua essência em si mesmos, existem por conta própria e não por participação, como pensava Platão, eles subsistem por si mesmos, eles devem ser considerados *substâncias*, ou seja, o sujeito, o suporte dos atributos, qualidades e acidentes.

Agora essa substância, esse substrato é, por sua vez, constituído de dois co-princípios: a *matéria-prima* e a *forma específica*. A forma específica é o princípio que define a essência mesma da coisa; a matéria-prima é o aspecto passivo do substrato, que dá concretude à forma. Esses dois co-

princípios não se separam na realidade: a substância é unitariamente matéria e forma. Quando ela deixa de existir, os co-princípios também desaparecem, caso em que ocorre uma mudança substancial.

Ao contrário, as mudanças que não afetam a substância são mudanças *acidentais*, que se dão nas qualidades que não existem por si mesmas mas só na substância. Assim, acidente é aquilo que não existe em si mesmo, depende de um substrato para se ligar, só existe unido a uma substância.

A teoria da união dos co-princípios matéria e forma, definida por Aristóteles, é conhecida na filosofia como o *hilemorfismo*. Assim, de acordo com essa teoria hilemorfista, as características essenciais de um ser são definidas pela sua forma específica. Mas essa forma específica não preexiste aos seres concretos, ela só existe no ente real e concreto. Só que nós podemos ter dela um *conceito universal*, mas este é apenas uma abstração de nossa mente, não existe como uma entidade modelo, como pensava Platão.

Assim, quando se fala do homem, estamos, sim, afirmando que o homem é um ente concreto que realiza a *essência humana*; mas esta se realiza nos vários indivíduos humanos, ela existe neles e não em algum mundo superior.

Desse modo, na essência de cada indivíduo estão presentes as características da espécie a que pertence. Sua ação deve, pois, fundar-se nessas características, cada ser tendo um agir adequado a sua essência.

Aristóteles introduz ainda duas noções importantes: há duas situações de existência. É possível existir *em ato* ou *em potência*. Existir em ato é estar já realizado concretamente; existir em potência é conter uma possibilidade. Um exemplo esclarece bem a intenção de Aristóteles: a árvore existe em potência na semente e em ato na planta real. A criança é criança em ato e adulto em potência!

Com essas noções, Aristóteles dá conta das mudanças substantivas: ocorre que os entes vão constituindo sua própria existência mediante um processo de atualização, de passagem de uma condição de potência a uma situação de ato. É a realização de sua essência. Aliás, a essência, em geral, é pura potência, ou seja, define uma possibilidade de existir, mas, para se tornar ato, ela precisa exatamente existir, ser posta na existência.

De qualquer modo, uma vez existindo, cada ente existe de acordo com as características de sua essência. Existe como uma substância, delineada pelas características próprias de sua forma específica.

Para Aristóteles, essa teoria é suficiente para dar conta da realidade. Só que cria um problema: ela não seria compatível com a imortalidade da alma humana, já que, ao morrer, a substância humana se dissolveria, os seus co-princípios se desunindo. Mas como então garantir a sobrevivência da alma, forma específica do ser humano? Aristóteles não esclareceu devidamente a questão, deixando-a numa posição ambígua.

Acontecerá com essa metafísica aristotélica o mesmo que aconteceu com o platonismo: ela também será apropriada pelo cristianismo e passará a servir de base para a teologia. Só que isso ocorrerá apenas no século XIII, com a entrada em cena de Santo Tomás de Aquino.

Santo Tomás de Aquino, teólogo dominicano, retomará praticamente toda a teoria aristotélica, mas a modificará no sentido de assegurar não só a criação do mundo por Deus como também a imortalidade da alma, posições inquestionáveis para a teologia cristã.

Quanto ao primeiro ponto, Santo Tomás dirá que a criação divina é exatamente a responsável pela *existência* das coisas que existiam apenas potencialmente, enquanto pensamento divino. Portanto, sua criação é uma atualização; quanto à sobrevivência da alma humana, no entender de Santo Tomás, deve-se abrir uma exceção no interior da teoria hilemórfica: trata-se de uma forma específica tão perfeita, que ela pode existir como uma verdadeira substância, autônoma, sem estar ligada a qualquer matéria. E, uma vez criada por Deus, posta no ato de existir e dada sua extrema perfeição, não será mais destrutível, a não ser por vontade expressa de seu criador — o que não é, obviamente, o caso.

De qualquer modo, para o pensamento metafísico, o conhecimento humano se dá porque a razão do homem é capaz de apreender, muito naturalmente, a essência das coisas. Seja por um processo de pura intuição intelectual, como queria Platão, seja por iluminação divina, como acreditava Agostinho, seja ainda por abstração a partir da experiência sensível, como defendiam Aristóteles e Santo Tomás, a razão humana pode aceder à essência das coisas, conhecendo-as assim.

Do mesmo modo, a ação humana perfeita é aquela que se desenvolve de acordo com essa essência. O critério da justiça e bondade de nossas ações é sua conformidade com nossa própria natureza...

Questões para pesquisa e discussão

• Elabore uma comparação entre as posições platônica e aristotélica, traçando duas colunas paralelas, focalizando as concepções de essência do homem, de verdade, de conhecimento e de ação boa.

• Explicite as convergências e divergências entre os pensamentos de Platão e Santo Agostinho e entre aqueles de Aristóteles e Santo Tomás de Aquino.

Leituras complementares

No trecho transcrito, retirado do Diálogo Fédon, temos uma amostra do estilo de filosofar de Platão: adota a forma do diálogo maiêutico, sempre Sócrates dialogando com seus discípulos e convivas. Mediante questões adequadamente formuladas e logicamente articuladas, Sócrates vai fazendo com que seus interlocutores verbalizem o que, afinal, já sabiam.

O texto mostra, aliás, a teoria do conhecimento de Platão (a teoria da reminiscência*), segundo a qual conhecer é relembrar-se das Idéias (essências) com as quais nossas almas já conviveram antes de se encarnarem. Tal epistemologia pressupõe sua teoria do* Mundo das Idéias*: as essências existem, eternamente, imutáveis, como modelos prototípicos, num mundo superior. As coisas concretas são apenas imitações imperfeitas dessas idéias/modelos.*